



Morgadio de Castelo Branco “O Novo”.
Nuno Vaz de Castelo Branco e Joana Juzarte, Pirescoxe, Santa Iria de Azóia, 1442.

Ao longo do século XV, a prática de instituição de vínculos foi consolidando características visando o reforço do poder e da identidade de linhagem, nem sempre presentes nos exemplos mais precoces, onde a componente religiosa era central. Tal deve-se a um conjunto de fatores de vária ordem. Avultam, entre eles, o uso da vinculação para garantir a continuidade de percursos de ascensão social, dotando-os de elementos estruturantes oriundos das categorias nobiliárquicas mais antigas. Acresceu-lhe, em diversos casos, uma importante novidade - a vontade de assumir a importância do presente sobre o passado, através da assunção de uma “identidade fundadora” forte.

O morgadio de Castelo Branco “O Novo”, fundado na quinta do mesmo nome, situada na aldeia/ lugar de Pero Escouche, a 31 de outubro de 1442, é um dos melhores exemplos deste tipo de instituições vinculares (sobre a ascensão social e a inserção do fundador em percursos deste tipo, ROSA, 2012, pp. 510-11, 530, 599).

O vínculo foi fundado por Nuno Vaz de Castelo Branco e sua mulher Joana Juzarte; sem herdeiros e num período já de ocaso das suas vidas, nomeiam como administrador o primeiro filho varão de um dos irmãos de Nuno, Lopo. O que vem a herdar este sobrinho dos fundadores, homónimo do tio e, tal como ele, senhor de uma brilhante carreira cortesã (SILVA; CASTELO BRANCO, 1999, pp.159-160), representa um passo em frente no processo de definição do que virá a ser o morgadio do período de esplendor da instituição, em Portugal: vastas propriedades em local de valor económico forte; sede numa residência apalaçada— dita “cabeça de morgado” -, inserida numa propriedade que é expressamente referida como “quinta e assentamento de Castelo Branco o Novo”; por fim, um extenso desenho da figura do herdeiro, obrigado a porte de armas, apelido,

anexação de terça a cada geração, perfeitas capacidades mentais para a gestão do bens, penalizações para incumprimentos.

Merece detalhe a forma como se expressa e materializa esta consciência linhagista, pensada a partir do presente e para o futuro. As cláusulas definidoras do herdeiro são acompanhadas de justificações nesse âmbito: o morgadio "*(...) é começo da honra da dicta linhagem dos de Castelo Branco; os sucessores "todos sse chamen de castel branco e doutro solar nem linhagem nom; e tragam ssuas armas direitas sem outra mestura nem deferença e nom as tragendo assi e tragendo-as doutra guisa e mestura e chamamdo-sse doutro apelido e linhagem, que non alam nem possam auer o dito moorgado"* (ROSA, 1995, pp. 58, 109-110). O esforço dos instituidores em estabelecer uma memória coletiva com reflexos na sucessão é notório ao fixarem o apelido linhagístico dos Castelo Branco – nome que, até à data, parecia ser utilizado como mera indicação geográfica (ROSA, 2012, p. 530). Por outro lado, o paço "cabeça de morgado" terá sido trabalhado pelos fundadores de modo a tornar-se uma imagem visível do seu projeto. Realizando obras de profunda remodelação, Nuno e Joana procuraram reforçar o seu estatuto nobiliárquico, acrescentando à estrutura torres e ameias em estilo militar, e colocando à entrada uma aparatosa pedra de armas, com o nome da propriedade tal como é referido no documento de instituição (CASTELO BRANCO, 1990; SILVA et al., 2001; PONTE, 2013).

A afirmação como fundador somente a partir do presente poderá ter uma explicação de ordem familiar, para além da questão da ascensão social. É possível que haja alguma veracidade na hipótese que Nuno estivesse a responder ao que teria sido a exclusão do seu pai da herança de um vínculo em Castelo Branco, o da albergaria de Santa Eulália (CASTELO BRANCO, 1990). É uma sedutora hipótese, tanto mais que sugere que as precauções em tornar o vínculo fortemente linhagístico responderiam à fluidez das regras daquele outro, que poderiam ter prejudicado a família, e que são clarificadas e tornadas "canónicas" em carta régia de 1393, a pedido do administrador, Rui Vasques de Refóios (ou de Castelo Branco). Esta pista de investigação precisa, porém, de bastante trabalho, pois as ligações genealógicas das primeiras gerações dos Castelo Branco que vêm para a corte joanina carecem de profunda revisão.

No decorrer das gerações, a linha do primeiro administrador de Castelo Branco o Novo e a do seu irmão, Gonçalo Vasques de Castelo Branco, desenvolvem estratégias muito acabadas de alianças matrimoniais. Gonçalo casou com Brites Valente, passando

assim a gerir o Morgadio da Póvoa, ao qual foi dedicado o Vínculo do Mês de abril. Gerações mais tarde, na linha de Nuno, Pedro de Castelo Branco, 9º administrador, casará com Luísa Ponce de León, dama de D. Luísa de Gusmão, o que lhe facilita a ascensão a visconde (PONTE, 2013, pp. 101-102). O percurso dos Castelo Branco sofreu também reveses junto da autoridade régia, como se registou com Lopo Vasques, “o Torrão”, segundo administrador, condenado à morte por D. João II, ao levantar a fortaleza da sua alcaidaria a favor do inimigo castelhano (SILVA; CASTELO BRANCO, 1999, p. 159). Tal colocaria de imediato obstáculos à sucessão do seu filho, e de facto o tio deste, Pedro de Castelo Branco, alcançará o vínculo por sentença. Com o casamento do seu neto com a herdeira de Pombeiro, o morgadio passa para a Casa de Pombeiro e de Belas, no decorrer do século XVII (PONTE, 2013, p. 17).

A preferência simbólica pelo paço localizado em Pires Escouche, tal qual sonhada pelo casal fundador, seria deslocada para outros núcleos, como o Paço de Belas, o qual, a partir de meados de Setecentos, passa a beneficiar da proximidade da Corte (*ibidem*, pp. 44-45). Apesar disso, dois séculos volvidos, o 8º administrador e 5º conde de Pombeiro, D. António de Castelo Branco, encomendará a colocação da pedra de armas da família na sua quinta em Belas, perpetuando, mesmo se dela se apropriando, da vontade de outrora dos instituidores (*ibidem*, p. 104).

Nova vida ganhou, porém, o velho “Paço”: hoje classificado como imóvel de interesse público, foi objeto de vastos trabalhos de recuperação por parte da Câmara Municipal de Loures em 2001, localizando-se aí desde então a Galeria Municipal do Castelo de Pirescoxe, equipamento com diversas valências culturais e sociais. O seu programa expositivo está direcionado para a apresentação da obra de artistas em início de carreira, numa lógica de promoção e divulgação de novos valores no campo das artes plásticas.

*Maria de Lurdes Rosa, Joana Soares, Maria Beatriz Merêncio, Rita Sampaio da Nóvoa
(com a colaboração de Pedro Rocha e Ana Raquel Silva – Câmara Municipal de Loures)*

Com a colaboração da Câmara Municipal de Loures

BIBLIOGRAFIA

CASTELO BRANCO, Theresa M. Schedel, “A Pedra d’Armas de Castelo Branco, o Novo”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, vol. XLI, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1990, pp. 36-48. Disponível em:

https://www.amap.pt/static/uploads/r/articles/407/bth1990_4.pdf [consultado a 30 de maio de 2021].

FARELO, Mário, *A oligarquia camarária de Lisboa: (1325-1433)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 327-335. Dissertação de Doutoramento em História Medieval, disponível em:

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/569?locale=en> [consultado a 15 de Junho de 2021].

FREIRE, Anselmo B., *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921. Disponível em:

<https://archive.org/details/brasesdasalade03braauoft/page/ii/mode/2up> [consultado a 30 de maio de 2021].

LOPES, Maria José, *Património Cultural Construído – Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1988, p. 75.

OLIVEIRA, Ana Cristina; SILVA, Ana Raquel; ESTÊVÃO, Florbela, “Património edificado do concelho de Loures”, in *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património*, Catálogo da Exposição de Arqueologia - Museu Municipal de Loures, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1999.

PONTE, Teresa Cristina Rôssas da, *Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35990/1/Estruturas%20Residencias%20Odos%20Condes%20de%20Pombeiro.pdf> [consultado a 30 de maio de 2021].

ROSA, Maria de Lurdes, *O Morgadio em Portugal. Sécs. XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

----- *As Almas Herdeiras. Fundação de Capelas Fúnebres e Afirmação da Alma como Sujeito de Direito (Portugal 1400-1521)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

SILVA, Joaquim Candeias; CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, *A Beira Baixa na Expansão Ultramarina (séculos XV-XVII): subsídios históricos*, Fundação, Câmara Municipal de Belmonte, 1999.

SILVA, Ana Raquel; BARBOSA, Pedro Gomes; MATALOTO, Rui Jorge, *O Castelo de Pirescouxe – A Intervenção Arqueológica*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 2001.